

Novo normal na modernidade líquida: uma visão do amanhã presente

New Normal in Liquid Modernity: A Vision of Tomorrow Present

Nueva normalidad en la modernidad líquida: una visión del mañana presente

Roberta Krewer Molina¹

ORCID: 0009-0003-0451-2118

Resumo

Considerando a história recente um período histórico, devemos nos preocupar com a construção da teoria dentro do contexto da disciplina. Situações presentes são fundamentais para compreender esse período, atribuindo a elas as perspectivas de fazer uma comparação entre os períodos históricos, percorrendo um trajeto da macro à micro-história. O presente artigo disserta sobre o novo normal da história recente devido à pandemia de COVID-19 que se espalhou pelo mundo todo, mas que, ao mesmo tempo, não deixa de ser parecida com outras pandemias que ocorreram anteriormente, estabelecendo, assim, um novo padrão de convívio social. Considera-se que a pandemia desencadeou um novo período histórico, caracterizado pela modernidade líquida, reconfigurando as relações sociais existentes a partir de uma lógica de biopoder atribuída ao próprio vírus.

Palavras-chave: Pandemia; Modernidade líquida; Biopolítica.

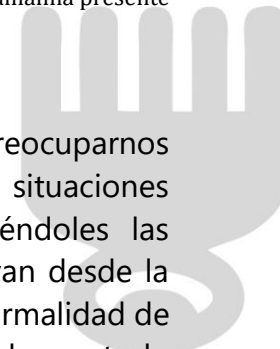
Summary

Considering recent history a historical period, we should be concerned with the construction of theory within the context of the discipline. Present situations are fundamental to understand this period, attributing to them the perspectives of making a comparison between historical periods, ranging from macro-history to micro-history. This article discusses the new normal of recent history due to the COVID-19 pandemic that has spread all over the world, but at the same time is still like other pandemics that have occurred previously, thus establishing a new pattern of social interaction. It is considered that the pandemic has triggered a new historical period, characterized by liquid modernity, reconfiguring existing social relations based on a logic of biopower attributed to the virus itself.

Keywords: Pandemic; Liquid modernity; Biopolitic.



¹Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Graduada em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, com MBA em Gestão de Projetos pela Universidade do Norte do Paraná. Atualmente Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Realiza pesquisas nas áreas de Direito Internacional Humanitário, Política Internacional e Análise de Conflitos. E-mail: roberta@urbano.eco.br.



Resumen

Considerando la historia reciente como un período histórico, debemos preocuparnos por la construcción de la teoría dentro del contexto de la disciplina. Las situaciones actuales son fundamentales para comprender este período, atribuyéndoles las perspectivas de hacer una comparación entre períodos históricos, que van desde la macrohistoria hasta la microhistoria. En este artículo se analiza la nueva normalidad de la historia reciente debido a la pandemia de COVID-19 que se ha extendido por todo el mundo, pero que al mismo tiempo sigue siendo similar a otras pandemias que han ocurrido anteriormente, estableciendo así un nuevo patrón de interacción social. Se considera que la pandemia ha desencadenado un nuevo período histórico, caracterizado por la modernidad líquida, reconfigurando las relaciones sociales existentes a partir de una lógica de biopoder atribuida al propio virus.

Palabras clave: Pandemia; Modernidad líquida; Biopolítica.

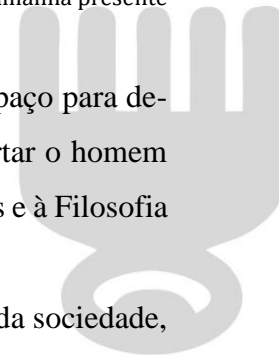
Introdução

Considerando o contexto histórico em que vivemos, marcado pela contemporaneidade e pelos eventos mais recentes na evolução dos fatos históricos, observa-se a significativa contribuição humana para os avanços tecnológicos e o impacto das mídias sociais. A era futurista em que estamos inseridos transforma o consumo em uma experiência acessível e ágil, com tudo ao alcance de um simples clique, permitindo que as pessoas permaneçam no conforto de suas casas. A sociedade, movida por um ritmo frenético, carece de tempo para as atividades cotidianas, configurando assim um "novo normal" no cenário social.

Com isso, as relações humanas — compreendendo o contato físico e visual — tornam-se cada vez mais líquidas, fluidas e atravessadas por uma verdadeira corrida contra o relógio, que não mais permite que o desenvolvimento de um senso de comunidade como na antiguidade, forçando que deixemos para depois o convívio com nossos pais, cônjuges, filhos, incluindo, inclusive, nosso círculo de amizades, que se vê restrito a conversas rápidas por intermédio de aplicativos, pois não possuímos mais tempo para tudo e para todos. Assim, as vinte e quatro horas do dia passam rápido demais e os dias se tornam cada vez mais curtos. Conforme Bauman (2001), a modernidade “é, talvez mais que qualquer outra coisa, a história do tempo: a modernidade é o tempo em que o tempo tem uma história”. A autoconfiança moderna dá um ar inteiramente novo à grande e infinita curiosidade humana sobre o futuro, criando a falsa impressão de que ela detém o controle de tudo e que o ser humano é imbatível perante as adversidades impostas pelo mundo.

Segundo Hughes (2002), a modernidade é percebida como um movimento voltado à contenção das ações humanas, preocupado exclusivamente com a manutenção da ordem





vigente, em que qualquer excesso deve ser reprimido. Nesse contexto, não há espaço para desordem, desobediência ou transgressão. Assim, a modernidade não busca despertar o homem para sua máxima potência, estando vinculada à constituição dos Estados modernos e à Filosofia Moderna, fundamentada em um pensamento estritamente racional.

Na modernidade líquida, ocorreu a emancipação de algumas das amarras da sociedade, ou seja, das estruturas rígidas e normas fixas que caracterizavam a modernidade sólida, como as tradições, as instituições sociais e culturais, e as expectativas comportamentais impostas pelo meio social moderno (Bauman, 2001b). Essa liberdade demonstra uma quebra de paradigmas e conceitos anteriormente estabelecidos, permitindo aos indivíduos maior autonomia. Por exemplo, as normas sociais rígidas, as estruturas institucionais como família e religião, e as identidades fixas atribuídas por gênero, classe ou cultura foram flexibilizadas.

Essa quebra de paradigmas proporciona ao indivíduo a liberdade de pensamento, permitindo que opiniões sejam expostas perante todos, em vez de permanecerem contidas. Além disso, possibilita maior mobilidade e ação sem dificuldades, viabilizada pelo uso ilimitado das mídias eletrônicas. Nesse contexto, o consumismo se faz presente, assim como a polarização cultural. Contudo, em situações como o isolamento social, o consumismo pode ser abalado, pois frequentemente depende da interação direta entre as pessoas.

Vale ressaltar que a pós-modernidade retratada não está vinculada às metanarrativas presentes nos discursos (Lyotard, 2021), mas às práticas alicerçadas no comportamento humano. São essas práticas que dão sentido de comunidade (Bauman, 2001a), sendo que elas ainda acontecem cotidianamente. Conforme Bauman, uma comunidade é:

[...] o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir. [...] “Comunidade” é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido – mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá (Bauman, 2001a, p. 61).

Em virtude da pandemia que se iniciou em Wuhan na China, em dezembro de 2019, houve uma mudança na percepção de comunidade, levando as pessoas a mudar sua percepção de mundo e a reconfigurar a forma de consumo por conta da COVID-19. O novo vírus fez com que todas as pessoas, sem exceção, aderissem a novos hábitos diários na era contemporânea, os quais eram só vistos anteriormente na pandemia da gripe espanhola, em que a enfermidade assolou o mundo todo, demonstrando grandes semelhanças com a COVID-19.

De acordo com as transformações sociais provocadas pela pandemia, este trabalho discute as novas formas de consumo adotadas pelas pessoas, impostas de maneira compulsória pela disseminação do vírus. Nossa abordagem realiza uma comparação entre esses fenômenos a partir de uma



perspectiva que integra a macro-história e a micro-história e, para isso, o texto será conduzido com embasamento em fundamentos científicos e teóricos que sustentem a análise dos fatos.

Presentismo

No âmbito da história recente, temos o estudo das ações do homem no tempo e espaço sobre o tempo presente. O conceito de história recente para Koselleck (2006) não pode ser confundido com uma mera aproximação temporal, mas entendido como um campo de estudos que problematiza a interação entre o presente, o passado imediato e as projeções futuras, possibilitando um debate mais aprofundado pelos historiadores sobre a historicidade dos fatos. Para tanto, a história recente se refere à tensão entre a experiência vivida e a expectativa em relação ao futuro, inserida em uma aceleração dos tempos históricos que marca a modernidade na tentativa de explicar eventos que ainda se encontram próximos e que, portanto, carecem de uma sedimentação de sentido na história.

Essa aceleração transforma a forma como as sociedades se veem no tempo e como interpretam as suas próprias experiências. Outro aspecto é a ideia de que a história recente está sempre em disputa, marcada pela pluralidade de interpretação e memórias. Tais aspectos são fundamentais para que o historiador possa compreender como o passado recente continua moldando as condições sociais e políticas na contemporaneidade, ao mesmo tempo que está em constante processo de significação e ressignificação Koselleck (2006).

Entretanto, para Delgado e Ferreira (2013), a história recente passa por algumas dificuldades no que se diz respeito à legitimação dos fatos e marcos históricos do tempo presente e a relação que eles têm entre memória e história. A história do tempo presente é um tema desafiador para os historiadores do ponto de vista ético e político no meio acadêmico. Apesar das inovações teóricas e metodologias que têm facilitado em muito a pesquisa nos meios escolares e universitários, ainda encontramos certa resistência de alguns historiadores, que têm uma concepção sólida de que os estudos de história devem se distanciar do tempo de seu acontecimento.

Hartog (2012) descreve que o regime de historicidade faz parte de uma categoria de estudo com o objetivo de identificar maneiras específicas de tempo, em que a historicidade dos fatos deve ser um “vai e vem” na história, sem levar em consideração se estamos no tempo passado, presente ou futuro:

Formulada a partir de nossa contemporaneidade, a hipótese do regime de historicidade deveria permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo. Historiador, por lidar com vários tempos, instaurando um vaivém entre o presente e o passado, ou melhor, passados, eventualmente bem distanciados, tanto no tempo quanto no espaço. Este movimento é sua única especificidade. Partindo de diversas



experiências do tempo, o regime de historicidade se pretende uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro (Hartog, 2012, p. 37).

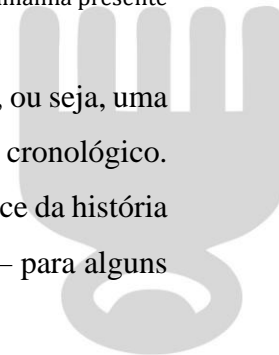
Partindo da ideia central de que a história se desenrola a partir do passado, seu reflexo principal ocorrerá no presente, dessa maneira reforça-se a ideia dos aspectos iniciados no ontem como base para projetar o hoje. Entretanto, o presentismo estabelece a ideia central de considerar o futuro como uma extensão do presente, projetando-se a partir das bases construídas no agora. Sob essa perspectiva, analisar o presente implica examinar como as inovações, tecnologias e comportamentos previstos para o futuro já impactam o contexto atual.

No contexto da pandemia de COVID-19, o comportamento das pessoas mudou significativamente. Sabe-se que o sentimento de medo é algo conhecido e presente na civilização humana de modo que o medo vendido pela mídia como “produto de consumo” torna-se “mais assustador quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la” (Bauman, 2008, p. 8-9). Esse sentimento de medo foi vivido pela humanidade diante da ameaça da COVID-19, assemelhando-se com outros momentos históricos, ocorridos em civilizações passadas, como, por exemplo, a peste negra, a gripe espanhola e outras tantas pandemias. O medo se dava ao prognóstico nada animador e incerto que o cenário da COVID-19 demonstrava, assim como “nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito — do que pode e do que não pode — para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (Bauman, 2008, p. 8). Tais experiências tornaram a morte – ou sua proximidade – um fato dado, reforçando a necessidade de alteração na ordem social ora vigente.

Os acontecimentos ocorridos durante o auge da pandemia reforçaram a busca por compreender a situação com elementos do passado. O uso de máscaras e aventais e a adoção do distanciamento social foram atitudes aprendidas no passado e aplicáveis no tempo presente como forma de evitar o contágio. Esse tipo de aplicação não é mais a ‘história’, mas o desenrolar da história a partir de seu conceito:

A história [*Geschichte*] como acontecimento [*Begebenheit*] único ou como complexo de acontecimento [*Ereigniszusammenhang*] não seria capaz de instruir da mesma forma que uma história [*Historie*] compreendida como relato exemplar. As fronteiras eruditas entre retórica, história e moral foram desconsideradas, e o uso alemão do termo “*Geschichte*” extraiu, dessa maneira, novas qualidades de experiência a partir da velha fórmula. [...] A história [*Geschichte*] adquire então uma nova dimensão que escapa a narração dos relatos, ao mesmo tempo que se torna impossível capturá-la nas afirmações que se fazem sobre ela (Koselleck, 2006, p. 48-49).





Desenvolver um ‘novo normal’ situa-se no prognóstico como ação política, ou seja, uma prática política decorrente das ações ocorridas, independentemente de seu tempo cronológico. Considerando a modernidade líquida como o ‘tempo presente’, a pandemia é o ápice da história do conceito, ou seja, seu significado para os seres humanos era a ruptura do fim – para alguns – ou base para o progresso e avanço científico para outros.

Modernidade e Pandemia

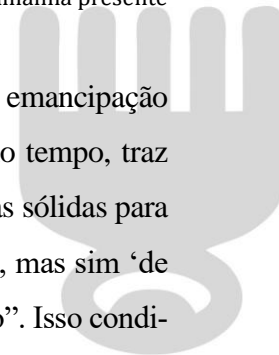
Existem diversos conceitos para tratar a modernidade. Giddens (1991), quando se refere à era contemporânea, prefere utilizar o termo “modernidade alta” ou “tardia”, evitando utilizar o termo “pós-modernidade” por acreditar que vivemos evidentemente na modernidade e todos os fenômenos que a compõem. No que tange aos aspectos das experiências individuais vividas no advento da modernidade, percebem-se mudanças impactantes na vida de cada indivíduo no meio social entrelaçando-se de forma incontestável, sem sobrepujar as vontades de um sobre o outro.

Já para Harvey (2008), um crítico do capitalismo e da modernidade, as transformações que ocorrem no espaço e no tempo associam-se à transição para a modernidade pós-industrial. A compreensão deste espaço-tempo é marcada por fenômenos advindos da globalização, caracterizando uma quebra de ruptura, em que as inovações científico-tecnológicas aceleram os processos econômicos e sociais, resultando na diminuição da distância e alterando, assim, as experiências do tempo e do espaço do indivíduo.

Contudo, como conjunto de fenômenos sociais, culturais e políticos que têm como fluxo a informatização, a modernidade líquida torna-se uma intensificação dos traços da modernidade, em que os atos e pensamentos são medidos e tolhidos perante a sociedade, havendo a emancipação desses atos e a liberdade de expressão. A sua principal característica está na mudança da era da produção para a era do consumo, liberdade de pensamento e uso ilimitado das tecnologias oferecidas no mercado profissional e pessoal. Considera-se como a era do ter ilimitado o ideal de buscar sempre, numa velocidade cada vez maior e num curto tempo de espaço. Essa emancipação presente na modernidade faz com que as pessoas se movam e ajam com maior rapidez.

Bauman (2001) caracteriza a modernidade líquida como “respectivamente, as armas da aceleração e da procrastinação” (p. 152). Em seu livro a “Modernidade Líquida”, o autor traz conceitos que são explorados por ele, mais detalhadamente para descrever nossa sociedade, em que nossas estruturas ditas ‘tradicionais’ acabam se desfazendo para que tudo se torne mais fluido e menos previsível, portanto, a modernidade líquida é marcada pelo transitório em todas as esferas da vida social.





Em seus conceitos, o autor explora a transição para uma sociedade na qual a emancipação é um processo contínuo e inacabado. Uma liberdade ambígua, mas que, ao mesmo tempo, traz consigo a incerteza e a responsabilidade de fazer escolhas sem que se tenha estruturas sólidas para se apoiar. Nesse sentido, atualmente, na sociedade, o indivíduo não é mais *de facto*, mas sim ‘de direito’, incorrendo na busca incessante por manutenção de seu próprio “desempenho”. Isso condiciona o sujeito a buscar as soluções para suas próprias mazelas com seu próprio esforço. Apesar de jocosa, a imagem de pessoas comprando desesperadamente fardos de papel higiênico — como se isso fosse resolver a pandemia — é a versão da solução por si próprio. Assim, gera-se uma culpabilidade sobre si, “autorreprovação” da sua vivência (Bauman, 2001b, p. 52).

Considerando tempo e espaço, Bauman (2001b) dirá que existe o imediatismo nas relações sociais, em que esse tempo e espaço são comprimidos. As distâncias físicas, inerentes da vida cotidiana, são encurtadas pelas tecnologias de comunicação. Os espaços são tomados pela brevidade do tempo disponível em uma sociedade de consumo. Não existem mais “encontros de estranhos”, agora, graças aos “templos de consumo”, existem “não-lugares” onde não há mais tempo a não ser o individual para consumir (Bauman, 2001b, p. 121-133). Não há possibilidade para se falar com estranhos, pois, em uma sociedade marcada pelo consumo subjetivo individual, os estranhos são como pedras no caminho.

Na perspectiva da comunidade, os laços duradouros estabelecidos pelas tradições e pela família são rompidos. Esses laços, que garantem proteção, segurança e principalmente identidade aos pertencentes à comunidade, foram quebrados com o advento do consumismo Bauman (2001a). Não existe mais uma comunidade baseada em valores compartilhados, mas em valores de consumo. Perde-se o conceito de identidade, pois, a depender do produto a ser adquirido, haverá o pertencimento e identificação com determinada comunidade.

Existe a temporalidade nas relações humanas, não exercendo sentido de permanência e constância. Pilares fundamentais da sociedade, como a família, o trabalho e a política, tornam-se instáveis, fluidos, não oferecendo estabilidade necessária para as pessoas. Nesse sentido, a modernidade líquida apresenta-se, em nosso tempo presente, na forma que consumimos, nos portamos e nos relacionamos. Sua característica está na ruptura do ontem, como se o passado não fosse importante, creditando a si a perspectiva do amanhã. Pandemias reforçam o modelo de ruptura, transformando o ontem em algo obsoleto e instaurando uma nova realidade. Esta reside nos desencontros, sendo conduzida por:

[...] não uma retomada a partir do ponto em que o último encontro acabou, nem troca de informações sobre as tentativas, atribulações, ou alegrias desse intervalo, nem lembranças compartilhadas: nada em que se apoiar, ou que sirva de guia para o presente encontro. O



encontro de estranhos é um evento sem passado. Frequentemente é também um evento sem futuro (o esperado é que não tenha futuro), uma história para “não ser continuada”, uma oportunidade única a ser consumada enquanto dure e no ato, sem adiantamento e sem deixar questões inacabadas para outra ocasião (Bauman, 2001b, p. 121-122).

Durante a gripe espanhola, por exemplo, ocorreram algumas mudanças não só em relação a higiene pessoal e limpeza de casas, mas também e sobretudo à maneira como as pessoas se relacionam. Houve inclusive um crescimento na taxa de nascimentos, bem como a caracterização dos “loucos anos 1920”, em que as pessoas estavam mais propensas em aproveitar a vida. No entanto, na pandemia de COVID-19 — ocorrida em meio à modernidade líquida —, estimulou-se a propensão do ‘autoconsumo’, ou seja, por meio das inúmeras redes sociais, passamos a oferecer a nós mesmos como produtos do alheio, processo decorrente de um desempenho de si próprio ao buscar mais e mais seguidores para suas redes. Como se não bastasse a autorregulação de si em desempenhar um papel de produto, ainda assim, devemos ser protetores de nós mesmos. A negação da ciência, da vacinação em massa e da própria pandemia serviu como uma forma de emancipação daqueles contrários em seguir padrões estabelecidos como forma de contenção da pandemia. Em suma, o contexto dos anos 1920, ocorridos após a pandemia de gripe espanhola, tinha por mote um *carpe diem* do momento, enquanto, na pandemia de COVID-19, havia a emancipação necessária, seja por consumo do ‘produto ser humano’ ou por negação da própria realidade.

No auge da pandemia de COVID-19, com a necessidade do distanciamento social, não faltaram relatos de pessoas que estavam se sentindo ‘bem’ com aquela situação. Não seria por menos. Diante do espalhamento do “não-lugar” por todos os campos da vida cotidiana, permeados pelo consumismo, não precisar mais se encontrar com estranhos o tempo todo, exceto por algumas notificações em um mensageiro eletrônico em seus celulares, soa como alívio. Com a falta de espaço de encontros, mesmo que entre estranhos, os tropeços ocorridos tornaram-se nulos. Não há mais tempo a perder, pois a vida resumiu-se a permanecer longas jornadas em frente ao computador ou quaisquer outras formas de entretenimento. Somente restava a permanência do “não-lugar” em sua própria casa, com um “templo de consumo” constante, diante da palma da mão, nas lojas on-line de compras, o que não resultou no *boom* de vendas por meio digital durante a pandemia (Castro, 2023). Nem mesmo os entregadores de comida conseguiam atender à demanda crescente, circulando por ruas desertas, atravessando imensos “espaços vazios”.

Por fim, o senso de comunidade se perde totalmente, pois o senso de pertencimento a uma comunidade de consumo ficou circunscrito somente à casa das pessoas. Não havia melhor proteção do que o próprio ‘lar’. Entretanto, o número de divórcios (Neves, 2020) aumentou significativamente, visto que a proteção não estava relacionada a famílias, mas sim ao convívio consigo



próprio. Percebiam as pessoas que muitas vezes a família não existia, os laços eram meros acordos de consumo econômico e não fazia mais sentido a tolerância — antes casual — se tornar diuturna.

Assim, a modernidade líquida foi potencializada pela pandemia de COVID-19 devido ao distanciamento social imposto e pelas relações sem comprometimento. A pandemia demonstra a geração de um novo normal, em que as pessoas permanecem em distanciamento social como forma de proteção de sua própria comunidade individual de consumo.

A modernidade líquida e o novo normal

Diante do vírus que assolou o nosso mundo em 2020, fomos forçados a aderir a um novo normal na vida cotidiana. Isso fez com que o ser humano aderisse a novos hábitos de distanciamento social, não permitindo mais o contato físico com as pessoas e demonstrando o quanto vivíamos em relacionamentos fluidos e distantes, pois, quando a pandemia seguia, mais do que nunca sentimos a falta de um abraço das pessoas que faziam parte do nosso convívio diário, como familiares e amigos, um aperto de mão e um beijo de quem nos quer bem.

A maioria das pessoas viu-se obrigada a permanecer dentro de casa para tentar frear a propagação do vírus (Ho; Miethke-Morais, 2020), observando a vida lá fora através de janelas. Muitos talvez nunca tinham percebido a falta do sol e o quão bem ele faz a nossa saúde, assim como o vento e a chuva. A maioria das pessoas foram inseridas em novos hábitos de higiene pessoal para que o vírus não infectasse roupas, calçados e alimentos comprados no supermercado, nas raras vezes que saíamos para isso. O abismo causado pelo isolamento e seus impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos causou repercussões sem precedentes na história recente. Essa crise do novo coronavírus tem características diferentes devido à condição de desigualdade, ameaçando o conjunto da sociedade. Em reportagem para o jornal Correio Braziliense, em abril de 2020, Cristina Mello mencionou essa problemática:

Temos desigualdade interpessoal, salarial, regional e funcional. Todas emergem da mesma questão, a falta de oportunidade. Porque se todos tivessem acesso às mesmas habilidades, seria uma questão de escolha (Kafruni, 2020, s/p).

Por isso, devemos romper os muros que nos separam e dificultam o acesso à educação e o direito à terra, sobretudo pelas classes menos privilegiadas presentes no novo cenário. Do ponto de vista sanitário, por não terem acesso a condições de higiene adequada, milhares perderam suas vidas, e muitos não possuem acesso ao saneamento básico e à água potável (Souza, 2020); do ponto de vista econômico, o desemprego gerado pelo distanciamento social e propostas de *lockdown* dificultaram a vida de quem mais precisava (Garcia, 2020); do ponto de



vista político, perdurava uma completa omissão por parte do governo federal para o combate ao vírus (Congresso em Foco, 2020).

Políticas públicas deveriam ser implementadas para diminuir os impactos negativos da COVID-19 na população, principalmente a parcela mais vulnerável economicamente. A empresa social Cause (2020) relacionou onze fatores que devem ser importantes para a população no período de pandemia, deste os quais destaca-se a redução das desigualdades sociais, aspecto que adentramos com maior profundidade esse trabalho.

Em um país como o Brasil, sofrendo a desigualdade social sobremaneira por muitos anos, a COVID-19 contribuiu ainda mais para piorar o problema. Nesse sentido, a desigualdade é a soma de uma concentração de lucros nas mãos de uma parcela da população com a perda de renda dos trabalhadores em geral (Posner; Weyl, 2021). No cenário da COVID-19, essa perda se tornou generalizada, interferindo até mesmo na economia do país. Após muita pressão social e da própria opinião pública, o governo de Jair Bolsonaro — vigente na época da pandemia de COVID-19 — implementou um auxílio emergencial, com um valor de R\$600 reais mensais, por um período de três meses para trabalhadores considerados informais, autônomos, microempreendedores individuais e desempregados (Brasil, 2020). Porém, o objetivo de redução da desigualdade não surtiu efeito, sendo somente um paliativo diante da circunstância.

A educação durante a pandemia de COVID-19 ficou prejudicada, aumentando ainda mais o abismo da desigualdade social. Lembrando que a educação é um direito fundamental de todos e dever de garantia pelo Estado, e, com as escolas fechadas, as aulas passaram a ocorrer em ambientes virtuais de aprendizagem por meio do uso da internet (Gaia; Hingel; Ribeiro, 2023). A realidade da maioria das crianças no Brasil é não ter acesso adequado à internet, e essa falta de conectividade acabou dificultando o acesso aos conteúdos educacionais disponibilizados pelas escolas, deixando uma parcela dessas crianças aquém na construção do conhecimento.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Nelson Pretto cita que não se pode considerar a educação em uma “nova normalidade”, pois nunca vivemos “uma normalidade” (Saldaña, 2020). Tal cenário se torna mais agravante nas comunidades, que, apesar do sinal de internet disponível, não tem compatibilidade tecnológica para acessar o conteúdo (Athayde, 2020). No contexto educacional, a pandemia, portanto, trouxe uma série de desafios, pois muitas crianças tiveram de se adaptar à nova realidade ainda no seu primeiro contato com diversas tecnologias e com o conteúdo das disciplinas exclusivamente pelo celular do pai ou da mãe, muitas vezes o único aparelho existente em casa, o que dificultou ainda mais o aprendizado e o desenvolvimento infantojuvenil.



Entretanto, tal realidade começou a atingir as camadas mais abastadas da população, pois, mesmo aqueles que detêm mais recursos, ou seja, mesmo com características diferentes de desigualdade, foram sendo prejudicados pelo vírus. Algumas famílias acabaram diminuindo seus gastos mensais, principalmente em educação, procurando alternativas mais baratas. Essa migração ocorreu devido às demissões e suspensões de contratos de trabalho, reduzindo, assim, o poder de compra da classe média, normalmente crescente em anos anteriores. Números divulgados pelo IBGE (2020), na Pesquisa Industrial Mensal, deixam clara essa redução no nível do emprego, com uma queda de 18,8% na produção industrial se compararmos o mês de abril com março de 2020.

Para alguns especialistas, as desigualdades podem ser diminuídas com programas de geração de emprego e renda, direito garantido pela Constituição Federal ou por meio de incentivos públicos para o fornecimento de computadores e internet de boa qualidade nas comunidades mais afetadas pela COVID-19. Um desses programas, também chamado de Renda Básica da Cidadania, está elencado em legislação, porém ainda sem regulamentação adequada (Kupfer, 2020). Dessa forma, isso se tornou uma solução *insolúvel*, pois, apesar de trazer as respostas necessárias, falta vontade política para implementar essas iniciativas.

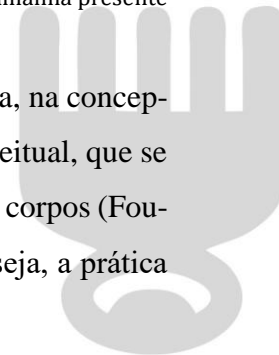
Enxergar tal momento histórico dentro de um contexto fluido é insuficiente, visto que a construção da simbologia foi modificada. Não seria ao todo uma desconstrução das estruturas sociais vigentes, mas sim uma modificação daquelas já existentes. De outra forma, é possível salientar que as relações de poder, a origem do conhecimento e as práticas sociais se tornaram outras.

Foucault (2021) explica, no conceito de poder, que este não detém identidade própria ou transcendência, mas está presente em toda estrutura social. No contexto da pandemia, o próprio poder é exercido pelo vírus, que se impõe na sociedade sem pedir licença, sendo responsável por exercer um biopoder nos seres humanos sem que estes venham a considerar tal disciplina. Entende-se por biopoder a gerência sobre a vida humana, decidindo se aquele ser humano pode viver (Foucault, 2020), concedendo, assim, uma sobrevivência em meio ao caos pandêmico. Furtado e Camilo (2016) consideram o biopoder na atualidade,

[...] pois permite evidenciar a ação das duas linhas de forças, tendo em vista a importância assumida pelas ciências biomédicas e pela biotecnologia nas últimas décadas. Desde o período histórico retratado aqui, o qual se estende do século XVII ao início do século XX, os saberes e as técnicas de manipulação da vida conheceram um vertiginoso desenvolvimento. Desenvolvimento que requer instrumentos de análise aptos a elucidar seus riscos e benefícios (Furtado; Camilo, 2016, p. 41).

Apresenta-se, então, um novo normal, a modernidade líquida, que atribui uma nova forma de relação disciplinar (distanciamento social, uso de máscara e constante preocupação com a saúde), mas também de origem discursiva. Essas experiências não se constroem de





maneira meramente narrativa — como alguns intentaram —, mas de forma prática, na concepção do conceito histórico, levando em consideração a construção da história conceitual, que se desprende da temporalidade e considera uma forma de habilidade docilizadora dos corpos (Foucault, 2014). Com isso, tem-se, obviamente, o exercício desse ‘novo normal’, ou seja, a prática da biopolítica (Foucault, 2008). Para Furtado e Camilo (2016), a biopolítica:

(...) tem como seu objeto a população de homens viventes e os fenômenos naturais a ela subjacentes. Regula e intervém sobre taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, longevidade. Não é um poder individualizante, como as disciplinas, mas massifica os indivíduos a partir de sua realidade biológica fundamental (Furtado; Camilo, 2016, p. 37).

Isso leva à docilização dos corpos — diante da ameaça prognóstica — sendo exercida pelas próprias pessoas nas suas relações sociais, suas práticas habituais, hábitos de consumo e discursos. A biopolítica, para Foucault (2008), é uma forma de poder que se preocupa com a gestão da vida da população e concentra seu foco em fazer viver, maximizando a saúde e otimizando a vida por meio de políticas e intervenções que organizam a vida social com a monitorização e a regulamentação do comportamento da população, diferenciando-se do conceito de biopoder.

Conclusão

Infelizmente, a COVID-19 trouxe, para a história recente, uma ruptura com o modelo da construção e da maneira como se desenrolava o contexto histórico. Atribuem-se a este contexto novos conceitos, estabelecendo uma nova maneira de conceber o mundo onde vivemos atualmente e apresentado uma nova realidade diante de nossos olhos. Essa concepção de mundo é concebida além da modernidade líquida e sua fluidez nas relações humanas, que foram modificadas de uma hora para outra em virtude da COVID-19. Contudo, essa não é uma noção meramente narrativa, atribuindo verdades não-ditas.

Dessa maneira, nasce um possível novo período histórico, imposto pela modernidade líquida, no qual se estabelecem novos preceitos sobre as relações sociais e de poder, as ações políticas e suas simbologias. Identifica-se, nesse contexto, uma nova concepção de história (*Geschichte*²) que transcende a temporalidade cronológica. Perde-se a dimensão tradicional do tempo, reinterpretando o passado como uma projeção de um prognóstico presente.

Na modernidade líquida, instituiu-se um tempo marcado pelo biopoder, exercido por elementos fora do controle humano. Esse poder impõe aos indivíduos uma biopolítica e um regime disciplinar fundamentado no medo da morte. Apesar de algumas características desse



² Em alemão se diferencia o conceito de ‘história’, ‘histórico’, sendo *Geschichte* o contar a história e *Historisches* o ato de relatar a história de forma cronológica.

período permanecerem intactas — como a fluidez e a descartabilidade das relações, conduzidas pelo capitalismo leve e voltadas para interesses pessoais —, o contexto pandêmico suscitou novos discursos e fenômenos. Entre eles, destacam-se a disseminação de fake news e a negação da ciência, muitas vezes propagadas por "pessoas comuns". Contudo, também ocorreram ações solidárias, tanto de indivíduos quanto de empresas, durante o contágio em massa. Ainda assim, a maioria das medidas para conter os impactos sociais e econômicos mostrou-se ineficaz.

As consequências da COVID-19 ainda não foram superadas. Vivemos um abismo social crescente no país, sem perspectivas claras de solução a curto e médio prazo. As políticas públicas concentram-se unicamente na manutenção do *status quo* do capitalismo, que valoriza o "ter" em detrimento do "ser", reforça a falta de empatia e reduz o futuro a uma extensão do presente. Nesse cenário, a pandemia terá efeitos imprevisíveis em nossa história, especialmente na maneira como nos relacionamos uns com os outros.

Ao observarmos as desigualdades sociais, torna-se evidente a necessidade de estabelecer novas formas de transferência de renda para mitigar o aumento vertiginoso da pobreza, já endêmica em nosso país. Contudo, o distanciamento físico imposto pelo contexto pandêmico introduziu um novo regramento social, agravando as dificuldades enfrentadas pelas camadas mais vulneráveis. Apesar de existirem mecanismos para combater essas desigualdades, a falta de implementação por parte do poder público transfere à sociedade civil a responsabilidade de organizar iniciativas que levem algum alívio.

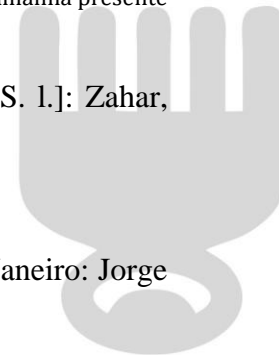
Agora, estamos sob a égide de um provável novo período histórico, determinado pela atuação direta da natureza como instrumento de biopoder, independentemente de governantes ou governados. Somos subjugados pela ordem presente, que nos disciplina por meio das imposições dessa natureza e de seus diversos símbolos. Dessa forma, constrói-se uma nova biopolítica, baseada na sobrevivência e na reinterpretação do passado como algo atemporal e intrinsecamente vinculado ao presente. Estaríamos, então, vivendo o "novo normal"? Apenas os desafios dos tempos vindouros poderão responder.

Referências



ALMEIDA, Silvio Augusto de; GAIA, Everton Carlos Farias; RIBEIRO, Mílvio da Silva. Educação e pandemia: a COVID-19 e seus reflexos na aprendizagem. v. 16, n. 10, p. 21889-21902, 2023.

Alunos com dificuldade de acesso à internet têm enfrentado desafios para estudar. *Jornal Nacional*, Rio de Janeiro, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8595626/>. Acesso em: 2 abr. 2024.



BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. [S. l.]: Zahar, 2001a.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

BRASIL. *Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020*. 7 abr. 2020.

CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira; FURTADO, Rafael Nogueira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2016.

CASTRO, Ana Paula. Com pandemia, comércio eletrônico cresce e movimenta R\$ 450 bilhões em três anos no país. *GI*, 11 mai. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/11/com-pandemia-comercio-eletronico-cresce-e-movimenta-r-450-bilhoes-em-tres-anos-no-pais.ghtml>. Acesso em: 16 abr. 2024.

CAUSE. Causas para observar em 2020. *Cause*, 2020. Disponível em: <https://www.cause.net.br/causas-para-observar-2020/>. Acesso em: 2 abr. 2024.

CONGRESSO EM FOCO. Entidades acusam governo de omissão deliberada no controle da covid-19. *Congresso em Foco*, 15 out. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/entidades-acusam-governo-de-omissao-deliberada-no-controle-da-covid-19/>. Acesso em: 2 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 11. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: Curso Dado no College de France (1978 - 1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GARCIA, Diego. Desemprego aumentou em todas as regiões do Brasil com avanço do coronavírus. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/desemprego-aumentou-em-12-estados-com-avanco-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 2 abr. 2024.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Trad.: BEFFART, Bruna; MARTINS, Maria Helena; MENEZES, Andréa Souza de; MORAES, Camila Rocha de; SILVA, Maria Cristina de Alencar. São Paulo: Autêntica, 2012.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. GONÇALVES, Maria Stela; SOBRAL, Adail Ubirajara Sobral. 17. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

HO, Yeh-Li; MIETHKE-MORAIS, Anna. COVID-19-19: o que aprendemos?. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 46, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/COVID-19-19-19-o-que-aprendemos?i=1>



[19%3A-o-que-aprendemos-Ho-Miethke-Morais/9ec0f0ddfe11f1d93db967ce85ece7306f55070f.](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2020_abr.pdf)

Acesso em: 2 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Industrial Mensal: Indicadores*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2020_abr.pdf. Acesso em: 2 abr. 2024.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição a Semântica Dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUPFER, José Paulo. Renda básica permanente é necessária e viável, opina Kupfer. *Poder360*, São Paulo, 29 mai. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaio/renda-basica-permanente-e-necessaria-e-viavel-opina-kupfer/>. Acesso em: 2 abr. 2024.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Trad.: Ricardo Corrêa Barbosa. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2021.

NEVES, Claudia. O COVID-19 e a pandemia de divórcios no Brasil. *Jus.com.br*. 4 jun. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/82834/o-COVID-19-19-e-a-pandemia-de-divorcios-no-brasil>. Acesso em: 16 abr. 2024.

POSNER, Eric; WEYL, Glen. *Mercados radicais: reinventando o capitalismo e a democracia para uma sociedade justa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SALDAÑA, Paula. Escolas deverão ter volta escalonada com aulas presenciais e a distância. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/escolas-deverao-ter-volta-escalonada-com-aulas-presenciais-e-a-distancia.shtml>. Acesso em: 2 abr. 2024.

SOUZA, Breno. Favela pede água. *Datalabe*, [s.d.]. Disponível em: <https://datalabe.org/favela-pede-agua/>. Acesso em: 6 abr. 2024.

SOUZA, Valéria. Desigualdade que envergonha: crise da Covid-19 ampliará problemas sociais no Brasil. *Correio Braziliense*, 20 abr. 2020. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/20/internas_economia,846332/desigualdade-que-envergonha-crise-da-covid-19-ampliara-problemas-soci.shtml.

Acesso e: 6 abr. 2024.

Recebido em 30/05/2024

Aprovado em 30/09/2024

Publicado em 31/12/2024

